

## ARTIGO

### IMPrensa IMPARCIAL *VERSUS* IMPrensa FORMADORA DE OPINIÃO?

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-DISCURSIVA DO JORNAL FOLHA DE S.PAULO SOBRE A SUA ATUAÇÃO COMO GRANDE IMPRENSA NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

CYNTHIA ADRIELLE DA SILVA SANTOS

Doutorado em Administração - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), professora da Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9981-4845>

ALESSANDRA COSTA

Doutorado em Administração - Fundação Getulio Vargas/EBAPE  
Professor Associada do Departamento de Administração  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3207-2888>

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo compreender a construção histórico-discursiva (AHD) do Jornal Folha de S.Paulo acerca da sua atuação como grande imprensa na ditadura civil-militar brasileira. Para constituir o *corpus* da pesquisa, foram analisados 7.021 editoriais publicados entre janeiro/1961 e dezembro/1988. Com base nas estratégias discursivas de nomeação, predicação, argumentação, representação e intensificação observou-se, ao longo dos 28 anos pesquisados, a oscilação entre duas construções discursivas aparentemente dicotômicas: Imprensa imparcial *versus* Imprensa formadora de opinião. Esse resultado explicita a atuação da imprensa na sociedade como um significativo ator político sempre vinculado ao contexto histórico e aos seus interesses empresariais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa. Folha de S.Paulo. Ditadura. Discurso. Abordagem Histórico-Discursiva.

## **IMPARTIAL PRESS VERSUS OPINION-FORMING PRESS?**

### THE HISTORICAL-DISCURSIVE CONSTRUCTION OF JORNAL FOLHA DE S.PAULO REGARDING ITS ROLE AS PRESS DURING THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP

**ABSTRACT:** This article aims to understand the historical-discursive construction (AHD) of Jornal Folha de S.Paulo regarding its role as a press during the Brazilian civil-military dictatorship. 7,021 editorials published between January/1961 and December/1988 were analyzed to constitute the research corpus. Based on the discursive strategies of naming, predication, argumentation, representation, and intensification, over the 28 years researched, an oscillation between two - apparent - dichotomous discursive constructions was observed: Impartial press versus opinion-forming press. This result explains the role of the press in society as a significant political actor always linked to the historical context and its business interests.

**KEYWORDS:** Press. Folha de S.Paulo. Dictatorship. Discourse. Historical-Discursive Approach.

Recebido em: 30/12/2023

Aprovado em: 24/01/2024

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2024v79p233-261>



## 1. Introdução

A grande imprensa brasileira é um dos setores empresariais que tem sido foco de estudos quando se busca compreender as relações imbricadas entre empresariado e ditadura militar no Brasil (ver Abreu, 2005a; Biroli, 2009; Carvalho, 2015; Dias, 2019; Campos, 2018; Perlatto, 2019) e as articulações e a cumplicidade de empresas com seus órgãos de repressão (ver Bonsanto, 2022; Santos; Costa, 2022; Ribeiro, Bonsanto; Daemon, 2023). Este interesse de pesquisadores de várias áreas do conhecimento - e que já construiu uma historiografia bastante amadurecida e consolidada - pode ser explicado pelo fato da imprensa ser compreendida como um ator social e político empresarial que se configura como uma fonte importante na construção e negociação de consensos (Capelato, 2014). E, não apenas isso, tendo em vista que a imprensa pode ser tanto uma ferramenta do poder instituído quanto atuar como resistência e oposição a esse poder (Fonseca, 2011). Isto nos mostra que, para além das funções econômica, comercial e cultural (equilíbrio instável entre formar opinião, receber influências de consumidores, relacionar-se com o Estado e obter lucro), não existe imprensa sem inserção política.

No entanto, apesar da imprensa e a política serem, sempre em algum grau, interdependentes, ainda existe por parte das empresas jornalísticas - com o intuito de fornecer um espaço para o discurso público - o discurso da imparcialidade presumida (Wodak, 2009). Ou seja, como argumenta Dias (2019, p.2), atuando como "agente autorizado a intervir diretamente na vida política", a imprensa apresenta-se como "uma instituição que se pretende mais "verdadeira" do que as outras, sob a premissa de que pratica um jornalismo o mais isento, objetivo e plural possível". É, portanto, essa perspectiva de objetividade e compromisso com a verdade que permite ocultar o trabalho moral realizado diariamente pelos jornais e que torna urgente o exercício de reflexão não apenas sobre o posicionamento assumido pelos jornais em diferentes contextos, mas sobre sua atuação política na sociedade.

Quando o tema é ditadura brasileira, é importante destacar que as interações entre imprensa e governo não foram homogêneas e lineares ao longo do tempo. Pelo contrário, as gradações foram muitas, desde a presença de censores nas redações às convergências ideológicas, "dos bilhetinhos que chegavam por telex ou telefone, e aos quais os editores se submetiam, às

ameaças econômicas e processos judiciais, das tentativas de resistência ao apoio político e colaboracionismo” (Carvalho, 2015, p. 399). Isso porque, nesta relação, a imprensa sofre influência do Estado tanto de ordem financeira (com vantagens ou publicidade oficial) quanto por ameaças ou ações coercitivas. Desse modo, ao longo do período, cada empresa jornalística adotou um posicionamento diferente, sendo participante e, também, beneficiária das transformações ocorridas nesse período (Motta, 2013; Lohn, 2014; Campos, 2018).

Cabe salientar, porém, que a natureza das denúncias a respeito da colaboração das empresas jornalísticas com a ditadura civil-militar brasileira se sustenta, até o presente momento, sobretudo, a partir de relatos testemunhais (Ribeiro, Bonsanto; Daemon, 2023), o que reforça a urgência de estudos dedicados a outras fontes de pesquisas que possam expor essa relação imbricada entre a imprensa e o governo ditatorial brasileiro. É dentro desse contexto que este artigo tem como objetivo compreender a construção histórico-discursiva (AHD) do Jornal Folha de S.Paulo acerca da sua atuação como grande imprensa na ditadura civil-militar brasileira. A escolha da Folha de S.Paulo como objeto de pesquisa ocorreu devido (1) ao fato desta ser uma empresa jornalística representativa da grande imprensa brasileira, tendo em vista a sua expressiva capacidade de circulação; (2) à influência que esta exercia na sociedade durante o período estudado (Motta, 2013; Dias, 2019); e (3) aos seus vínculos com o novo governo instalado em 1964 (Pires, 2008; Dias, 2012) e posteriores benefícios provenientes desta relação (Bonsanto, 2022).

Para alcançar este objetivo, este artigo se divide em quatro partes, seguidas pelas considerações finais. Na primeira, apresentamos a imprensa como ator social e político. Em seguida, recuperamos a atuação da grande imprensa no período da ditadura civil-militar. Na sequência, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa, destacando as especificidades da Abordagem Histórico-Discursiva (AHD). Por fim, analisamos os editoriais, identificando as estratégias discursivas utilizadas pela Folha de S.Paulo.

## **2. Imprensa como Ator Social e Político**

Pode-se argumentar que as empresas jornalísticas atuam em dois campos que se complementam: o econômico e o simbólico/ideológico. Econômico, por se tratar de uma empresa que fabrica um produto a ser comercializado e que visa o

lucro e, simbólico/ideológico, tendo em vista que seu produto busca participar da construção da opinião pública. Nesse sentido, o jornal pode ser compreendido como um mediador que faz a triagem dos acontecimentos antes de publicá-lo na forma de notícia ou opinião, tendo a dupla função de formar e informar (Guilherme, 2018). Por outro lado, se a notícia é, de fato, uma mercadoria, os órgãos da mídia são empresas capitalistas de comunicação, que objetivam o lucro. Seu papel mercantil, contudo, é “distinto das empresas de outros segmentos empresariais, pois, não bastasse o poder de modelar a opinião, sua mercadoria — a notícia — está sujeita a variáveis mais complexas e sutis do que as existentes nos bens e serviços comuns” (Fonseca, 2011, p. 46). Desse modo, a atuação das empresas de comunicação implica um equilíbrio instável entre formar opinião, receber influências de seus consumidores, relacionar-se com o Estado e obter lucro.

Nesse panorama, como já foi dito, a imprensa pode ser tanto um instrumento do poder instituído quanto um instrumento de resistência e de oposição a esse poder (Motta, 2002), o que cria uma relação paradoxal que pode pender para um ou para outro lado, dependendo da situação histórica. Assim, a imprensa exerce influência nas grandes questões sociais, sempre apontando o rumo a ser seguido (Silva, 2014). Isso ocorre sistematicamente a partir das interpretações que são propostas acerca do real, que ampliam ou restringem a possibilidade de que o leitor perceba os elementos motores da história vivida. Nesse sentido, negar a influência que os relatos diários realizados pela imprensa exercem sobre a tomada de decisões e a postura que o público vai assumir perante um fato “é o mesmo que negar a presença da imprensa na história” (Novelli, 2022, p. 191).

Se os jornais têm a dupla função de informar e opinar, “o tempo todo as duas são misturadas: a necessidade de ser informado faz com que muitas vezes se receba opinião e programa de ação partidário como sendo mera informação. As duas dimensões estão articuladas, não estão em oposição” (Silva, 2014, p. 156). Entretanto, os próprios jornais dão ênfase insistentemente a uma posição ideologicamente independente na cobertura dos fatos, reivindicando uma atitude profissional do jornalismo (Motta, 2002). No entanto, toda decisão de comunicar alguma coisa é, ao mesmo tempo, uma decisão de não comunicar outras. Assim, os jornais não são neutros, imparciais, apartidários ou independentes, como querem fazer crer, pelo contrário, são parciais e situados

politicamente na sociedade. Ao apresentarem julgamentos e opiniões como fatos, os jornais participam ativamente da construção dos próprios fatos.

Parte da historiografia reproduz a ideia de que a imprensa seria um agente do “quarto poder” e não o considera como um ator que faz parte do processo capitalista, como temos visto até agora (Silva, 2014). A própria imprensa assume a si mesma como quarto poder, isto é, “como legítima representação neutra da vigilância política democrática” (Motta, 2002, p. 16). No entanto, diferente dos moldes de um “quarto poder” herdado do jornalismo norte-americano, a grande imprensa no Brasil, “sob uma espécie de “poder moderador”, assume para si o papel de um agente legítimo para intervir diretamente na vida política em situações que, para além do direito individual, possam representar um bem comum” (Dias, 2019, p. 483).

Considerar a imprensa, de fato, como o quarto poder “faria da imprensa um sensor, que observaria e denunciaria eventuais irregularidades, o que seria feito em nome de toda a sociedade” (Silva, 2014, p. 134). Para que isso funcionasse, no entanto, a imprensa precisaria ser entendida como um agente neutro, tendo direito a acesso primordial às informações, para delas fazer as checagens e a divulgação que achar necessário. Neste sentido, a imprensa como quarto poder pode ser entendida como uma expressão ideológica “que oculta que o papel de cão de guarda exercido pela grande imprensa se dá em nome dos próprios interesses das empresas jornalísticas e suas relações de classe [sendo] seletiva na escolha dos “desmandos” que denuncia e das cobranças que faz ao poder instituído” (Silva, 2014, p. 135). Ou seja, ainda atuam “com maior eficácia quando, respaldado pelos ideais da objetividade e da imparcialidade, articula[m] perspectivas e interesses parciais em discursos identificados como neutros e não posicionados” (Biroli; Miguel, 2017, p. 87).

### **3. A Grande Imprensa e a Ditadura Civil-Militar**

Após o golpe de 1964, a ditadura civil-militar brasileira caminhou em paralelo com o processo de modernização da grande imprensa no país, período no qual o governo militar assumiu um papel de forte aliado, tanto como financiador de linhas de crédito quanto como na forma de principal anunciante nos jornais (Abreu, 2005a; Dias, 2012). Mas não era uma relação de mão única, pelo contrário, “a ideia de uma modernização da imprensa era de extrema importância

enquanto estratégia político-ideológica dos militares para garantir uma conjuntura de segurança nacional” (Dias, 2012, p. 45).

É consensual entre os historiadores que a maior parte dos jornais do país se posicionou, nesse período, a favor do afastamento de João Goulart da presidência e, conseqüentemente, a favor do golpe. O anticomunismo foi usado para difundir o medo junto à classe média e para identificar diretamente as reformas de base com a passagem do regime capitalista para o comunista. Os jornais, com maior ou menor ênfase, participavam de uma pregação anticomunista (Dreifuss, 1981; Abreu, 2005a; Bonsanto, 2022). Nesse sentido, o foco dos jornais estava em mostrar que, ao afastá-lo, se restauraria a ordem e se preservaria o país do comunismo, da subversão dos valores e de uma suposta ditadura de esquerda (Biroli, 2009).

De acordo com Biroli (2009), não era possível, até o momento, saber que o golpe resultaria numa ditadura que duraria mais de 20 anos, um vez que a expectativa de muitos órgãos da imprensa a de um retorno das eleições que, ao modificar o campo político, traria ganhos para empresas da área de comunicação. Ocorria ainda uma crise no setor (iniciada no governo de Jânio Quadros), resultado do aumento dos custos do papel, exatamente em um momento em que várias modificações foram sendo introduzidas no processo de produção da imprensa (Abreu, 2005a). Estas modificações (inovações gráficas, de diagramação e de paginação, entre outras) implicavam em modernizações técnicas e de redação que requeriam um significativo aporte financeiro.

Os "dilemas" que se apresentavam à grande imprensa dentro do regime autoritário estavam entre o desejo de maior autonomia jornalística e a dependência dos favores do Estado, uma vez que, por interesse, empresas jornalísticas foram favoráveis à liberdade de expressão e de manifestação, claramente quando as restrições também começam a atingi-las (Motta, 2013). Em vários momentos a imprensa foi silenciada, ainda que, por vezes, “sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento” (Luca, 2006, p. 129). Por esse motivo, a atuação dos jornais em regimes autoritários, seja como difusor de propaganda política favorável ao regime ou como espaço que abrigou formas de resistência, são alvos de preocupações contemporâneas.

Quando o regime militar “adotou medidas para cercear a imprensa e agrediu os valores liberais tradicionais (opinião, manifestação, garantias individuais), a maioria dos veículos jornalísticos mostrou-se descontente” (Motta,

2013, p. 68). Diante das primeiras medidas tomadas pelos militares ao assumirem o poder como “a censura aos meios de comunicação e o início da perseguição a lideranças políticas, sindicais e intelectuais, e com a promulgação do 1º Ato Institucional (AI-1) de 9/4/1964, que previa a cassação de mandatos e a suspensão de garantias constitucionais”, alguns jornais que apoiaram a queda do governo de João Goulart começaram a se distanciar do governo militar e a denunciar as arbitrariedades cometidas pelo novo regime (Abreu, 2005a, p. 20).

Mas foi somente após o AI-5, de acordo com Capelato (2014), que a maioria dos responsáveis pelos jornais se afastou do governo militar. O Ato Institucional nº 5 era, nas palavras de Schwarcz e Starling (2015, p.455) "uma ferramenta de intimidação pelo medo, não tinha prazo de vigência e seria empregado pela ditadura contra oposição e a discordância (...) [o Ato] suspendia a concessão de habeas corpus e as franquias constitucionais de liberdade de expressão e reunião, permitia demissões sumárias, cassações de mandatos e de direitos de cidadania, e determinava que o julgamento de crimes políticos fosse realizado por tribunais militares, sem direito a recurso". No que diz respeito aos órgãos da imprensa, como nos mostra Fico (2004, p.37), “a censura (...) acompanhou o auge da repressão (quando se pensa em cassações de mandatos parlamentares, suspensões de direitos políticos, prisões, torturas e assassinatos políticos) que se verificou entre finais dos anos 60 e início dos anos 70”. Assim, o decreto do AI-5 significou a eliminação do debate político das páginas dos jornais e já no dia 13 de dezembro de 1968 oficiais militares foram enviados para as principais redações para trabalhar como censores, permanecendo por algumas semanas (Motta, 2013; Aquino, 1999).

É importante destacar que, ao mesmo tempo, a imprensa sofreu uma “forte intervenção dos militares, que adotaram uma política deliberada de modernização o setor” (Abreu, 2005b, p. 53). Assim como a imposição da censura, a modernização da imprensa fazia parte de uma estratégia ligada à ideologia da segurança nacional na busca por um sistema de informação efetivo. Como empresa, a imprensa atuou de acordo com as regras do mercado na busca por lucro. Dentro desse projeto de modernização, os empresários do ramo foram beneficiados pelos militares com concessões de financiamentos para construção de novos prédios para abrigar as novas máquinas e possibilitar a expansão das redações (Abreu, 2005b), tendo sido a Folha de S. Paulo um dos jornais que mais se beneficiou dessa relação (Bonsanto, 2022).

A censura à imprensa no Brasil ocorreu de forma particular e várias são as suas formas no âmbito da imprensa escrita. Diante do regime militar, em especial ao período que se estendeu de 1968 a 1978, a censura à imprensa no Brasil foi maquiada e recusada por serem ilegais (Smith, 2000). Cada passo no processo de divulgação da informação era controlado pelo Estado com o objetivo de estabelecer o que pode ou não ser publicado e como argumenta Aquino (1999, p.222) "a sua aceitação implica na contrapartida da autocensura". A emissão das ordens obedecia a um padrão rigoroso e as proibições sem assinatura de notícias eram levadas por oficiais da polícia uniformizados a cada órgão da imprensa. Nesse período, "apenas uns poucos jornalistas conseguiam, graças a contatos privilegiados, informações para suas colunas, sempre redigidas com as cautelas que a existência da censura política exigia" (Lemos, 2018, p. 76). Desse modo, grande parte dos jornais da grande imprensa não se empolgou com a obra política dos militares, principalmente quando a censura então impediu sua liberdade, passando a evitar o apoio aos valores autoritários. Os jornais que foram submetidos a esse tipo de censura política buscaram formas de denunciar a repressão sofrida adotando "páginas com poemas, receitas de bolo, o nome do jornal ou logotipo da empresa, o espaço em branco" (Carvalho, 2015, p. 401).

A imprensa voltou a se destacar na campanha das "Diretas Já", que consistia em um "movimento político suprapartidário que se iniciou em 1983 em defesa das eleições diretas para a presidência da república" (Abreu, 2005b, p. 60). Dentro dessa perspectiva, no que se refere ao processo de abertura política no Brasil, a grande imprensa foi um dos seus principais atores sociais. Aqui também deve-se ressaltar que o engajamento dos jornais no processo de redemocratização teve significativas graduações: alguns veículos de mídia, por exemplo, apenas mudaram seu discurso nos anos 1980, deixando de lado o termo "revolução" e adotando termos como "regime militar" ou "ditadura", num período em que já se buscava esquecer ou minimizar a atitude que havia sido adotada (Motta, 2021).

#### **4. Percorso Metodológico**

O presente artigo faz parte de uma pesquisa maior que, para identificar e compreender o posicionamento ideológico e as atuações político-discursivas da Folha de S.Paulo ao longo do período da ditadura civil-militar brasileira, coletou e

analisou 7.021 páginas editoriais publicadas de janeiro de 1961 à dezembro de 1988. A escolha pela construção de um corpus de pesquisa composto por fontes editoriais deve-se ao fato destas serem consideradas, pela literatura, como documentos autorizados de expressão política e ideológica dos jornais (Tumbe, 2019; Luca, 2006), o que torna possível o entendimento de fenômenos sociais (Mello, 2020). Segundo Bowie (2019), os benefícios da utilização de fontes de arquivos provenientes de jornais envolvem, por exemplo, a possibilidade de manusear uma extensa quantidade de dados históricos mais facilmente acessíveis por meio de uma publicação diária e cronologicamente encadeada. Ao mesmo tempo - e assumindo a periodicidade da imprensa - também permite o estudo de continuidades e mudanças em pesquisas mais longitudinais. Por fim, Mont'Alverne e Marques (2015, p. 122) argumentam que no Brasil, "ainda são poucos os trabalhos dedicados a examinar, especificamente, a função e a influência política dos editoriais jornalísticos – não obstante ser este, justamente, um espaço capaz de revelar traços singulares da relação mantida entre as empresas jornalísticas e agentes do campo político".

A escolha pela Folha de S.Paulo ocorreu pelo fato do jornal, que iniciou sua história em 1920, sempre ter sido marcado por uma atuação política relevante na sociedade, mesmo tendo passado por diferentes proprietários que deram a ele distintas orientações (Capelato, 2014). Meneses (2014, p. 238) destaca, por exemplo, que em 1948, José Nabatino, proprietário que antecedeu o grupo Frias-Caldeiras, definiu o jornal como um "veículo empresarial voltado para a classe média" e lançou o Programa de ação das Folhas, em que demonstrava a intenção do jornal de separar radicalmente opinião de informação. O jornal foi comprado por Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho em 1962. Ainda no governo de João Goulart, eles transformaram três edições diárias no principal jornal do grupo, o Folha de S.Paulo, que também se tornou um dos principais jornais da grande imprensa brasileira (Dias, 2013; Capelato, 2014). Para Taschner (1992), esse foi o início da formação de um grande complexo empresarial, uma vez que a lógica empresarial já era dominante, mas faltava a consolidação do empreendimento que seria realizado pelos novos proprietários.

No momento que antecedeu ao golpe de 1964, a Folha de S. Paulo esteve alinhada a grande parte do empresariado nacional, que enxergava o governo de João Goulart como de extrema esquerda, que caminhava para o comunismo. Dias (2012) destaca que, após o golpe, o jornal conservou importantes vínculos com o

novo governo instalado, uma vez que o governo anunciava na Folha de S.Paulo. Neste contexto, o otimismo da Folha refletia a imagem de uma empresa que aparentemente não mais temia o futuro e que acreditava que, com a intervenção dos militares, o Brasil estivesse caminhando para frente, rumo ao progresso (Dias, 2013; Santos; Costa, 2019; 2021). Desse modo, de forma ainda mais intensa que outros veículos de comunicação, a Folha “colaborou com a instalação e manutenção da ditadura militar, assim como com os seus métodos repressivos” (Pires, 2008, p. 122).

Com o endurecimento do regime militar e o início da censura aos jornais, a Folha de S.Paulo optou pela autocensura, além de colaborar com os agentes da repressão encarregados das prisões e torturas, posicionando-se contra o governo apenas na fase final do regime militar (Capelato, 2014). Nesta conjuntura, na segunda metade da década de 1970, Dias (2012, p. 59) descreve que, a Folha buscou estabelecer mais notadamente seu projeto político-editorial, “com suas dívidas sanadas e uma maior independência financeira, a empresa começa a praticar uma política de “avanços e recuos”, assumindo uma postura mais crítica e menos omissa em relação ao governo militar”. Assim, de um jornal que “apoiou e precisou do regime militar para sua reestruturação e consolidação, a Folha passou a ser identificada como um jornal de resistência, uma espécie de ‘porta-voz’ das necessidades da sociedade civil no período de redemocratização” (Dias, 2012, p. 62). Isso porque, como aponta Sequeira (2004), quando percebeu que as mudanças no campo político não tinham mais volta e todos os segmentos sociais queriam a volta da democracia, a Folha de S.Paulo também assumiu esse discurso.

Para analisar o corpus de pesquisa e compreender a construção histórico-discursiva do Jornal Folha de S.Paulo sobre a sua atuação como grande imprensa na ditadura civil-militar brasileira, foi utilizada a Abordagem Histórico-Discursiva (AHD). Desenvolvida pela linguista Ruth Wodak, a AHD busca trabalhar com a interdisciplinaridade, assumindo um compromisso com a crítica social como base na dimensão da ação e uma forte ênfase na análise histórica (Wodak, 2015). Combinando a análise crítica do discurso, a análise do contexto estrutural e a história de práticas específicas, esta abordagem assume que a história das nações, das pessoas e/ou de grupos sociais não é um fato dado, mas é algo discursivamente construído.

Para realizar tal investigação, foram identificadas e analisadas nos editoriais cinco tipos de estratégias discursivas, apresentadas na Figura 1. Deve-se ressaltar que, para Reisigl e Wodak (2008, p. 94), estratégias são consideradas um “plano de práticas mais ou menos intencional (incluindo práticas discursivas) adotadas para alcançar um determinado objetivo social, político, objetivo psicológico ou linguístico”.

Figura 1: Estratégias Discursivas



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Wodak (2009).

## 5. Análise e Discussão dos Resultados

Ao longo dos 28 anos de publicações de editoriais analisados, entre o período de janeiro de 1961 e dezembro de 1988, foi possível identificar que a Folha de S.Paulo constrói discursivamente a sua atuação na sociedade como parte da imprensa, alternando - ao longo do tempo - uma posição discursiva de maior neutralidade e imparcialidade com uma posição discursiva de formadora de opinião. De modo a expor como essa construção foi sendo realizada por meio da implementação de estratégias discursivas, alguns trechos dos editoriais foram aqui selecionados.

No que se refere à trajetória discursiva da Folha de S. Paulo marcada pelos editoriais de 1961 a 1964, é possível observar que o jornal ressalta a posição discursiva da imprensa como imparcial nomeando linguisticamente a imprensa como “empresas jornalísticas” e caracterizando-a como indispensável para a “verdadeira democracia”.

Esta construção discursiva surge no editorial de 15 de setembro de 1964, abaixo reproduzido. O jornal nomeia linguisticamente a *imprensa* como “*fonte legítima de informações*”, caracterizando-a como indispensável para a “*formação democrática*” uma vez que, “*ciosos de sua independência e objetividade*”, não se furta a divulgar “*fielmente os aspectos negativos*” da nova realidade brasileira:

*A imprensa é livre no país. Avisadamente, compreendeu a Revolução que a censura à imprensa era incompatível com os ideais mesmos do movimento que derrubou o sr. João Goulart. O mal. Castelo Branco, na primeira entrevista coletiva aos jornais, salientou “compreensão, advertências e críticas”. Pois a imprensa brasileira vem notando o que ocorre no país; mesmo aqueles órgãos que dão pleno apoio ao governo presidido pelo mal. Castelo Branco, mas se conservam ciosos de sua independência e objetividade, têm divulgado fielmente os aspectos negativos ou simplesmente discutíveis da nova realidade brasileira (Editorial Folha de S.Paulo, 15/09/1964).*

O jornal também aborda no editorial, como se estivesse apenas trazendo informações aos seus leitores, a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI): órgão de coleta de informações e de inteligência que funcionava como organismo de formulação de diretrizes e estratégias na esfera da presidência da República e como o centro de uma rede de informações que atuava dentro da sociedade, nos níveis da administração pública e que tinha um papel importante no aparato repressivo do regime (Starling, 2019). No editorial, a justificativa dada pelo governo, consta como sendo a necessidade de “*manter-se informado*” e “*saber o que lhe acontece ao redor*”:

Uma das primeiras providências do atual governo foi criar o Serviço Nacional de Informações, com gabarito de verdadeiro Ministério. O fundamento foi a *necessidade de manter-se informado*, o governo, sobre o que se passa no país, tendo-se considerado deficientes e insuficientes os órgãos oficiais teoricamente incumbidos dessa tarefa. A existência do SNI, bem como de outros meios, de que necessariamente deve dispor o governo *para saber o que lhe acontece ao redor, torna muito discutível a comissão “de alto nível” que o presidente da República estaria desejando formar, para investigar, segundo se noticiou, as denúncias sobre torturas a presos políticos. Se é mesmo essa a intenção do governo, louve-se o presidente Castelo Branco, que mais uma vez dá exemplo de determinação firme de evitar que floresçam excessos à margem da Revolução. A comissão, porém,*

*parece desnecessária*, pelo motivo exposto, e por vários outros. (Editorial Folha de S.Paulo, 15/09/1964).

A partir disso, a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de representação** através do emprego da conjunção condicional “se”, mostrando uma certa discordância com as afirmativas do governo e destacando o papel de informar - já existente - da imprensa brasileira. Esse distanciamento fica evidente nas orações seguintes, quando o editorial reforça que “*a imprensa é livre no país*” e “*a censura à imprensa era incompatível com os ideais da revolução*”, bem como, ao utilizar a **estratégia discursiva de predicação** empregando os adjetivos “*muito discutível*” e “*parece desnecessária*” sobre a instauração de uma comissão investigativa. Cabe salientar que, como instrumento de controle do governo ditatorial, o SNI supervisionava e coordenava as atividades de informações no Brasil (Cardoso, 2018; Lemos, 2018). E sobre o papel da imprensa, a segunda parte do editorial destaca ainda:

Não cometa o presidente o erro que a muitos políticos tem sido terrível: o de *subestimar a imprensa como fonte legítima de informações*, ainda que uma *parte dela as deturpe ou exagere*. Uma boa assessoria lhe colocará diante dos olhos, todos os dias, o que a imprensa publica de fundamental sobre a situação brasileira. Os órgãos oficiais se encarregaram — ou deveriam encarregar-se — de pôr a limpo o que fosse preciso. O resto, é *fazer valer a autoridade do governo*, para que falsos revolucionários não continuem a impedir que a *face boa da Revolução prevaleça indiscutivelmente sobre o que ela possa ter de discutível* (Editorial Folha de S.Paulo, 15/09/1964).

Nesse aspecto, sem articular abertamente a ideia de que o SNI oferecia risco à liberdade de imprensa, a preocupação que este órgão viesse a interferir em sua atuação é observada apenas de forma implícita em seu discurso. Além disso, a Folha de S.Paulo faz um apelo ao governo de que não “*subestime a imprensa como fonte legítima de informações*” apesar de parte dela “*deturpar e exagere*”. Neste aspecto, o jornal defende a imprensa, mas não toda ela, possivelmente, referindo-se aos jornais alternativos da época que mantiveram seu tom combativo ao governo ditatorial. Assim, o editorial utiliza a **estratégia discursiva de argumentação** para deslegitimar a imprensa alternativa, a partir da perspectiva que esta não seja uma fonte legítima de informações. Ainda nesse excerto, identificamos outra **estratégia discursiva de argumentação** em “*face boa da Revolução*”, uma vez que, se há uma face boa, há também uma ruim. Nesse sentido, o jornal deseja que a “*face boa da Revolução*” prevaleça sobre “o

que ela possa ter de discutível”, tornando assim legítima a exclusão social e política de pessoas.

A posição discursiva da imprensa como imparcial - e seus desdobramentos - também aparece vinculado ao tema "crise". A Folha de S.Paulo destaca a crise financeira que o setor estava vivendo no período. Esta crise era resultado do aumento nos custos do papel, exatamente em um momento em que várias modernizações técnicas e de redação eram introduzidas no processo de produção da imprensa (Abreu, 2005a). Em editorial intitulado “*Imprensa ameaçada*”, de 20 de dezembro de 1964, a Folha de S.Paulo destaca:

*Qualquer jornal pode ser fechado se não receber a cota mensal de papel que lhe é destinada. Existisse competição nesse campo, em nosso país, e o perigo acima referido poderia ser evitado ou contornado. Mas a indústria brasileira de papel de imprensa é na prática um monopólio e fica, assim, revestida de poderes que nem o Estado se reserva em nossa legislação. (...) Tome o presidente da República, para orientar-se no caso, os dois fatos a que nos referimos — a sigilosa decisão da SUNAB [Superintendência Nacional do Abastecimento] e a imediata infração de suas obrigações pelo monopólio — e terá elementos para sentir, como certamente já terá sentido, em consequência mesmo de sua formação democrática, onde poderemos chegar se não houver nesse assunto ação eficaz e pronta que resguarde, para sempre, os altos interesses da liberdade de imprensa (Editorial Folha de S.Paulo, 20/12/1964).*

Neste aspecto, a Folha faz um apelo à Castelo Branco (1964-1967) em defesa dos “*interesses da liberdade de imprensa*”. O contexto histórico que embasava o apelo não era dos mais simples. Este governo “resolveu os conflitos com o capital estrangeiro, criou condições institucionais e políticas favoráveis à atração dos dólares e melhorou a situação das finanças públicas” (Motta, 2021, p. 229). No entanto, como resultado, houve recessão no setor industrial, quebra de empresas, desemprego, direitos sociais extintos e salários reais dos trabalhadores reduzidos. Essas ações testemunham todo “um processo de restabelecimento do poder e da força do Estado burguês, que se havia debilitado bastante em 1961-1964” (Ianni, 2019, p. 310). Mas, apesar deste apelo e sua preocupação com a situação da imprensa, o jornal aproveita a oportunidade para enfatizar o quanto toda essa crise poderia trazer de desdobramentos para o país, utilizando a **estratégia discursiva de intensificação**, mais uma vez, por meio do destaque à importância da preservação “*dos altos interesses da liberdade de imprensa*” em oposição à não observância de que a “*indústria brasileira de papel de imprensa é na prática um monopólio*”.

No que se refere à trajetória discursiva da Folha de S. Paulo marcada pelos editoriais de 1965 a 1967, fase inicial da ditadura, é possível observar que o jornal continua a ressaltar a posição discursiva da imprensa como imparcial e imprescindível para que os preceitos democráticos continuem existindo.

Este movimento fica explícito nos editoriais que abordam o tema da nova Lei de Imprensa. Esta Lei, que entrou em vigor em fevereiro de 1967, enquanto afirmava promover liberdade, na prática serviu como instrumento para intimidar a imprensa e encorajar a autocensura, tendo sido uma das iniciativas de Castelo Branco para completar sua atuação de institucionalização da ditadura (Motta, 2021). A Lei enfatizava que não seria tolerada a “propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social”, e que era “livre a manifestação do pensamento” e a “difusão de informações”, “por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um aos termos da lei, pelos abusos que cometer” (BRASIL, 1967). Sobre este aspecto, a Folha não se mostrou satisfeita e - já em 1966 - começa a se preocupar com a sua promulgação:

*Não há muita coerência nas notas de fonte oficial sobre uma nova lei de imprensa, que o presidente Castelo Branco desejaria dar ao país antes de passar o governo ao seu sucessor eleito pela mecânica do bipartidarismo aqui implantado. De um lado, ouvimos reiteradas afirmações de que a liberdade de que goza a imprensa, que tem analisado os atos do governo com independência, é prova de que o Brasil se acha vivendo em regime de plena democracia. De outro lado, porém, aparece a preocupação de modificar a lei que entre nós assegura o exercício do direito de informar e criticar (Editorial Folha de S.Paulo, 29/07/1966).*

Neste momento, o jornal utiliza a **estratégia discursiva de predicação** ao avaliar de forma negativa a possível publicação de uma nova Lei de Imprensa como sem “*muita coerência*”. E, ainda, destaca que o fato da imprensa poder analisar as ações do governo “*com independência*” era “*a prova*” de que o Brasil estava vivendo um “*regime de plena democracia*” — reforçando mais uma vez que o jornal considerava aquele momento político não como uma ditadura, mas como uma democracia. Desse modo, o jornal expressa a sua preocupação com a possibilidade da lei modificar o seu direito de informar e criticar. Cabe salientar que a Lei de Imprensa, que entrou em vigor em 1967, violava a liberdade de expressão, servindo para amedrontar os meios de comunicação e estimular a autocensura, embora afirmasse o estatuto da liberdade de imprensa (Motta, 2021). Ainda sobre a Lei de Imprensa, o editorial de 3 de janeiro de 1967 acrescenta:

*A muitos talvez pareça que os jornais, ao reclamar contra um projeto de lei que cerceia a liberdade de imprensa, estejam apenas defendendo o seu interesse. Nada menos exato. O que se defende é o direito sagrado do povo à informação completa e livre, à crítica e análise dos atos oficiais, à manifestação de seu próprio pensamento e de suas aflições e preocupações, que muitas vezes só nas páginas dos jornais encontram guarida (Folha de S.Paulo, 03/01/1967).*

A Folha utiliza a **estratégia discursiva de argumentação**, atribuindo o direito à "*informação completa e livre*" como um direito "sagrado" do povo. Isto é, um direito digno de veneração ou extremo respeito. Concomitantemente à este direito, o editorial acrescenta o direito "*à crítica e análise dos atos oficiais*" e "*à manifestação de seu próprio pensamento e de suas aflições e preocupações*". Todos os três direitos somente podem ser protegidos pelos jornais. Como desdobramento desta **estratégia discursiva de argumentação**, como se nota no trecho, o jornal coloca seus interesses apenas em segundo plano. Nesse sentido, ao preocupar-se com a publicação da Lei de Imprensa, que seria publicada no mês seguinte, é possível notar que a Folha enfatiza o efeito que a lei teria na sociedade sem expor como, de fato, a lei poderia influenciar nas práticas cotidianas da empresa. Assim, o jornal desloca o foco de seu argumento para uma possível preocupação com a sociedade em geral quando, na verdade, essa preocupação aparece apenas quando sua própria liberdade estaria sendo ameaçada e/ou cerceada.

No que se refere ao terceiro momento da trajetória discursiva da Folha de S. Paulo - marcada pelos editoriais de 1968 a 1975 - o jornal ainda nomeia, linguisticamente, a *imprensa* como "*empresa jornalística*", mas caracterizando-a também como um "*órgão de informação e de opinião*". Ou seja, que noticiou os acontecimentos históricos do país e "*tomou posição, não apenas refletindo a opinião pública, mas procurando também formá-la*":

*A FOLHA DE S. PAULO é hoje o jornal de maior circulação de todo o País dispõe de um parque gráfico que é seguramente o mais moderno da América do Sul e um dos melhores de todo o mundo. Esses dados são aqui mencionados não como simples expressão de vaidade e orgulho que aliás se justificariam — mas como demonstração de um progresso que só foi possível alcançar porque a este jornal nunca faltou que realmente importa para um órgão de imprensa: o favor do público. É graças ao apoio de seus leitores, de seus assinantes e de seus anunciantes, que a FOLHA DE S. PAULO conseguiu transformar-se na grande empresa jornalística que é hoje. (...) Como órgão de informação e de opinião testemunhou dramáticos anos da história do Brasil, desde as revoluções de 1922 e 1924, depois as de 1930 e 32, até as da nossa história mais recente, o Estado Novo em 1937, a reconstitucionalização em 1945, os difíceis anos de 1954, 55, 60, 61, 64.*

*Acompanhou os esforços da Revolução de 64 para a reconstrução do Brasil. Todos esses acontecimentos, naturalmente, a FOLHA DE S. PAULO os noticiou sobre eles, tomou posição, não apenas refletindo a opinião pública, mas procurando também formá-la, no sentido das causas que ao jornal pareciam justas (Editorial Folha de S.Paulo, 19/02/1971).*

Cabe salientar que, a partir do governo de Médici (1969-74), o regime buscou legitimar-se através do êxito de sua política econômica, tendo a economia brasileira alcançado altos índices de crescimento (Diniz, 1994; Motta, 2021). Entretanto, o chamado “milagre econômico” teve um alto preço social, uma vez que o crescimento da economia se fez acompanhado de um processo proeminente de concentração de renda, resultado de uma política salarial restritiva, em que os ganhos de produtividade não eram compartilhados com os trabalhadores (Schwarcz; Starling, 2015).

Dentro deste contexto, neste editorial de 19 de fevereiro de 1971, a Folha inicia o texto apresentando ao leitor informações na forma de “dados” irrefutáveis, afirmando ser o “*jornal de maior circulação de todo país*” e que possui um parque gráfico “*seguramente o mais moderno da América do Sul*”. O jornal utiliza a expressão “dados” para destacar um “progresso” que só foi alcançado, segundo ela, porque “*nunca faltou*” com o “*favor do público*”. Neste aspecto, é possível notar que o jornal utiliza a **estratégia discursiva de nomeação** ao conferir ao “*apoio de seus leitores*” — elite brasileira — a responsabilidade por tornar-se uma “*grande empresa jornalística*”, atribuindo a si mesmo esta característica. Para tanto, o jornal argumenta que “*testemunhou dramáticos anos da história do Brasil*”, tomando posição, “*não apenas refletindo a opinião pública, mas procurando também formá-la, no sentido das causas que ao jornal pareciam justas*”.

Entretanto, como contraponto ao discurso do editorial, deve-se destacar que no período entre 1968 e 1973, o Brasil vivia o seu período político mais turbulento, reprimindo agressivamente os setores que se contrapunham ao governo (Sanguiné Junior, 1998). Foi o período mais duro da ditadura, com censura, prisões, perseguições e torturas, o que também fez aumentar o descontentamento popular. No final do ano de 1972, a Folha de S.Paulo ficou os meses de agosto, setembro, novembro e dezembro sem publicar editoriais. Em 1973 houve uma diminuição drástica nas publicações de páginas editoriais. Nesse período, a Folha de S.Paulo voltou a publicar os editoriais na página três, com um intervalo maior entre as publicações, deixando de serem publicações diárias,

como de costume. Motta e Capelato (1981, p. 205) argumentam que esta mudança ocorreu pelo fato do jornal “não poder expressar suas ideias claramente”. Para justificar tal argumento, os autores relatam que “apesar de sua postura liberal não agradar ao regime, empenhado no combate à luta armada, (...) a Folha foi combatida igualmente por setores da extrema esquerda”.

No que diz respeito ao quarto momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo, marcado pelos editoriais de 1975 a 1977, o jornal nomeia linguisticamente a imprensa como “*poder de investigação, de vigilância e de controle do processo decisório governamental*”, caracterizando-a como um ator social que desempenha o “*papel de intermediário na problemática nacional, e sobre a sua capacidade positiva de contribuir para a superação de impasses*”:

*A imprensa deve voltar a meditar acerca de seu papel de intermediário na problemática nacional, e sobre a sua capacidade positiva de contribuir para a superação de impasses. A opinião pública deve pautar racionalmente o seu comportamento eleitoral em novembro próximo, tendo em vista os acontecimentos de que Brasília foi palco nos últimos dias. E a Nação deve, agora, concentrar seus esforços nas árduas tarefas que nos aguardam no plano interno e nos problemas econômicos que nos afetam a nível de nossas relações com o mercado mundial (Editorial Folha de S.Paulo, 09/04/1976).*

É possível perceber nesse editorial de 9 de abril de 1976 que a Folha admite seu papel, não apenas como órgão de informação, mas também como formadora de opinião. É interessante observar que o jornal utiliza a **estratégia discursiva de predicação** ao avaliar como a imprensa, a opinião pública e a nação deveriam agir. Isto é, para a Folha de S.Paulo, a imprensa precisava “*voltar a meditar acerca de seu papel de intermediário na problemática nacional*”, reforçando a ideia de que a imprensa intervém ativamente na sociedade. Cabe destacar que, neste período, o Brasil estava sob o governo de Geisel (1974-1979), marcado por muitos assassinatos e desaparecimentos políticos. Em 25 de outubro de 1975, por exemplo, o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado nas dependências do DOI-CODI em São Paulo (Padrós; Gasparotto, 2009). O jornalista, acusado de envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), havia comparecido voluntariamente àquela repartição para depor (Lemos, 2018). O assassinato de Herzog, apresentado pela repressão como suicídio, causou intensa indignação e comoção pública (Motta, 2021). Esse caso causou tanta indignação — sobretudo, por esse assassinato ter sido divulgado como um suicídio pelos órgãos da repressão — que as mobilizações de oposição à ditadura ganharam força. Neste

contexto, no que se refere à atuação da imprensa, a Folha de S.Paulo também torna a falar sobre a censura, desta vez destacando o impacto dela em sua atuação:

Sob controle desde 1968, *passou a imprensa por dias difíceis entre os anos de 1970 e 1974, quando a censura no tocante a assuntos político-institucionais e político-econômicos tornou-se mais ferrenha*. Na verdade, encontra-se a memória da nação parcialmente desfalcada no que respeita à época acima referida, *dada a relativa deficiência dos processos normais de informação e registro. Espera-se que historiadores, estudiosos e a própria imprensa como um todo possam, ao correr dos anos, reconstituir o período* a contento. A partir de 1974 houve profundas mudanças no quadro geral. *Passou o novo governo a encarar as críticas eventuais de forma tolerante*, produzindo-se, em alguns meses, o arrefecimento sensível das limitações ao dever *de informar e opinar* que cabe aos profissionais de imprensa. Deu-se, como resultado prático, a *retirada dos censores a serviço em redações de revistas e jornais* anteriormente considerados suspeitos. (...) *A censura formal — já banida pelo governo Geisel de toda a imprensa* persiste, por razões insondáveis, para este semanário do Rio e para um similar paulista. Por quê? *A contínua censura* estes dois pequenos jornais só *desvaloriza a democrática* atitude assumida pelo Governo ao suspender as limitações à liberdade de imprensa. As decisões pela metade geram *insegurança*, via de regra, *desestímulo: ou acredita o Governo que a liberdade de imprensa seja um princípio basilar de nossa civilização ou não acredita*. (...) Precisamos mais do que nunca, de um governo *forte e confiável*. De um governo sem temores, que apague as suspeitas e as inimizades, abrigando todos os brasileiros sob sua autoridade consentida. *A liberdade de imprensa integral — desta mesma imprensa que tanto respeito tem dedicado ao presidente Geisel e aos legítimos esforços de seu governo—* é um dos instrumentos por meio dos quais construiremos uma ordem institucional estável, independente e segura (Editorial Folha de S.Paulo, 04/08/1976).

A Folha de S.Paulo denuncia a censura que sofreu desde 1968, apontando os anos de 1970 a 1974 como os mais duros. O jornal aponta para um desfalque na memória da nação neste período, tendo em vista o que chama de *“relativa deficiência dos processos normais de informação e registro”*. Pela imprensa ter sido impedida e cerceada, pela censura, de noticiar os fatos ocorridos neste período, a história do país não ficou registrada. Como já foi mencionado, a censura à imprensa no Brasil ocorreu sobretudo no período que se estendeu de 1968 a 1978 (Smith, 2000). Por volta dos meses de abril e maio de 1969, os censores militares improvisados foram retirados das redações e os jornais voltaram a tratar de política, de forma cautelosa. Após essa retirada, os censores profissionais da Divisão de Censura da Polícia Federal entraram em ação, por mais que o governo sempre negasse a existência de censura de natureza política (Motta, 2013). Além disso, o editorial também denuncia a censura ainda vigente em dois semanários,

utilizando a **estratégia discursiva de predicação** ao avaliar essa censura como prejudicial à democracia, gerando insegurança e desestímulo. A Folha de S.Paulo finaliza defendendo que a liberdade de imprensa “*é um dos instrumentos por meio dos quais construiremos uma ordem institucional estável, independente e segura*”.

No ano seguinte, a Folha de S.Paulo faz uma publicação sobre as comemorações do Dia da Imprensa em que coloca os jornais como um quarto poder:

As comemorações do Dia da Imprensa no Brasil, nos dias que transcorrem, têm o sentido de *convocação das forças vivas da sociedade para uma união de vontades determinadas a preservar a liberdade de informar e de opinar* através dos veículos da comunicação social. Não faltaram os que desejam o retorno a uma situação vencida no início do Governo do presidente Ernesto Geisel. Os jornais, naquele momento, recuperaram a fala depois de um período de constrangimentos de má memória para nossa História. *Graças à voz reanimada dos jornais foi mudado o ambiente político nacional, alterando-se a sua evolução, ainda que mantidos os instrumentos característicos da exceção. O jornal foi a distensão alcançada, o grande agente da mudança da ambiência política. A distensão deveu-se à recuperação do debate livre, à discussão ousada e crítica das decisões governamentais e dos fatos da vida nacional. (...) Para que a distensão continue sendo alguma coisa significativa, terá de respeitar, antes de tudo, o jornal livre de qualquer peia que ultrapasse as exigências do comportamento responsável. No sistema em que temos vivido nos últimos anos, a imprensa está naturalmente chamada a acrescentar aos seus deveres de informar e de opinar, a obrigação de praticar o poder de investigação. É essencial esse papel do jornal na sociedade de massas e nos regimes dos governos agigantados em suas atribuições e poderes. Reduzido o Congresso pelos freios aplicados à sua ação, é fundamental à sociedade organizada dispor do jornal como poder de investigação, de vigilância e de controle do processo decisório governamental. Este processo é a própria soberania em prática, e sem alguma forma de controle público e aberto, o processo decisório converte-se em demonstração de poder com pretensão à onipotência (Editorial Folha de S.Paulo, 09/06/1977).*

Ao falar das comemorações do dia da imprensa, a Folha de S.Paulo aponta que estas têm o sentido de convocar “*as forças vivas da sociedade para uma união de vontades determinadas a preservar a liberdade de informar e de opinar*” e reforça a necessidade de preservação da liberdade dos veículos de comunicação. Além disso, a Folha, por meio da **estratégia discursiva de predicação**, atribui a “*voz reanimada dos jornais*” à mudança no ambiente político nacional, no momento que Geisel (1974-1979) tirou os censores das redações. Entretanto, além da Folha ter adotado a autocensura, no período que se estendeu de 1968 a 1978, a censura foi maquiada por sere ilegal (Smith, 2000). A

Folha usa a **estratégia discursiva de nomeação** ao atribuir “*a distensão alcançada*” à imprensa como “*o grande agente da mudança da ambiência política*”, atribuindo um protagonismo político para o papel das empresas jornalísticas na sociedade.

A Folha de S.Paulo defende que a imprensa está “*naturalmente*” sendo chamada a “*acrescentar aos seus deveres de informar e de opinar, a obrigação de praticar o poder de investigação*”. É um poder de investigação direcionado à vigilância e controle do “*processo decisório governamental*”. Essa **estratégia discursiva de nomeação** remete à discussão acerca do ideal da imprensa como o quarto poder e pelo compromisso com o equilíbrio entre os três poderes. Neste sentido, e como já mencionado, esse termo pode ser compreendido como ideológico (Silva, 2014). Isto é, podemos compreender os jornais como seletivos na escolha das denúncias e das cobranças que faz ao poder instituído. Esse é um discurso intensificado nesse período e cabe notar que essa mudança de posicionamento ocorre justamente no momento em que o jornal começa a denunciar as censuras vividas em suas práticas empresariais cotidianas.

No quinto e último momento pesquisado e marcado pelos editoriais de 1977-1988, a Folha de S.Paulo nomeia, linguisticamente, a imprensa como o veículo que distribui a “*informação a toda a população*”, como uma “*espécie de termômetro das oscilações políticas e das tensões sociais*” e como o “*instrumento de divulgação e desencadeamento de discussões*”:

*O autoritarismo parece condenado pelo próprio estágio de desenvolvimento que a sociedade brasileira atingiu nas últimas décadas. Na superação da fase que hoje atravessamos e na construção real do regime democrático, a imprensa deverá continuar buscando o cumprimento de seu ideal — informar com objetividade e divulgar alternativas. A serviço do Brasil (Editorial Folha de S.Paulo, 10/09/1978).*

O período de transição política, iniciado no final dos anos 70, não ocorreu sem disputas políticas e sociais. No entanto, o recuo repressivo ocorreu e “à meia-noite de 31 de dezembro de 1978, o AI-5 foi extinto (...) [e] no fim deste mesmo ano, o governo emplacou uma versão revista da Lei de Segurança Nacional, com redução na tipologia dos crimes contra a segurança do Estado e atenuação das penas” (Schwarcz e Starling, 2015, p.478). Em 1979, por exemplo, dentro das pautas de reivindicações, encontravam-se também a anistia aos presos políticos, aos cassados, banidos e exilados desde 1964 (Padrós; Gasparotto, 2009). Não era mais possível ignorar as passeatas, os debates, os comícios e a pressão no Congresso

Nacional pela criação de um projeto de lei de anistia (Maia, 2017). Assim, os pilares da estratégia política do governo de Figueiredo poderiam ser caracterizados como “buscar popularidade, aprovar uma lei de anistia aceitável para os líderes da ditadura, fazer uma reforma partidária e dividir a oposição” (Motta, 2021, p. 276).

Tendo em vista o crescimento das mobilizações sociais em 1978, a Folha de S.Paulo critica o autoritarismo do governo reforçando o papel da imprensa, como o de “*informar com objetividade e divulgar alternativas*”. Cabe aqui observar essa construção discursiva de “*objetividade*” do jornal como uma construção que camufla os interesses particulares em presunções de neutralidade e discursos não posicionados. E ao possuir tais características, a imprensa passa a ser o grande arauto do processo de transição política do país:

Podemos dizer, nesse sentido, *que a função primordial da imprensa nesta quadra é a de fazer presentes nos olhos da sociedade e aos ouvidos dos governantes os caminhos da transição*. Para cumprir essa função *sem distorções e tendenciosidades, sem que o interesse privado prevaleça sobre o interesse público*, a questão da liberdade de imprensa deve ser convenientemente resolvida. (...) A liberdade de imprensa deve ser entendida como a condição de realização de dois direitos: *o direito à informação*, que inclui o acesso à divulgação contraditória de interpretações, de valores cívicos e morais e de ideologias políticas; e *o direito à expressão de opiniões, interesses e reivindicações*. São duas faces da mesma liberdade que pertence à sociedade como um todo, portanto ao público e não aos jornalistas ou aos proprietários de empresas jornalísticas. (...) *A inexistência de censura prévia, bem como a ausência de entraves administrativos à edição de jornais são obviamente condições indispensáveis para garantir a liberdade de imprensa*. Mas não são suficientes. Duas outras condições, complementares entre si, são igualmente necessárias e importantes. Uma é a pluralidade de órgãos, outra é a independência financeira das empresas jornalísticas. *A grande imprensa não existe atualmente senão sob a forma empresarial*. De fato, ela tem hoje como condição de existência a mobilização de importantes somas de capital, o que deveria implicar solidez financeira e gestão empresarial eficiente. *Como toda empresa, a empresa jornalística está constantemente confrontada com dois riscos: o de colocar-se em situação de dependência com relação ao Estado e a grupos econômicos, caso sua autonomia financeira não esteja assegurada, e o de tornar-se particularmente vulnerável aos conflitos trabalhistas*. (...) A transição não se fará sem o debate aberto e contraditório dos seus eventuais caminhos. Ela requer atitudes idênticas às que são indispensáveis ao jornalismo democrático: *tolerância e humildade*. Os passos já dados no sentido da abertura são visíveis, tanto do lado do governo, como da sociedade em geral. *O País caminha e isso coloca para a imprensa o grande desafio de acompanhá-lo, no ritmo desejável, no rumo da democracia* (Editorial Folha de S.Paulo, 19/02/1981).

Nesse editorial, alguns aspectos também evidenciam o posicionamento da Folha de S.Paulo nesse período. Em primeiro lugar, é interessante notar que jornal

utiliza a **estratégia discursiva de nomeação** para se referir ao papel da imprensa como *“termômetro das oscilações políticas e das tensões sociais”* e *“termômetro para indicar os sentimentos que prevalecem na população”*. Esse tipo de atribuição é ideológica ao reforçar uma legítima representação neutra da vigilância política democrática, acobertando o fato de que suas escolhas discursivas têm o poder não apenas de informar, mas, sobretudo, de formar opinião e consensos. O emprego da metáfora *“o termômetro jornalístico tem servido também para indicar os sentimentos que prevalecem na população”* reforça esse argumento uma vez que o termômetro é um instrumento científico que só informa a temperatura existente e não interfere no fenômeno — seja para aumentar ou diminuir a temperatura.

Nessa mesma linha, a Folha de S.Paulo argumenta que *“a imprensa não faz governos nem desfaz regimes, mas registra os sentimentos, desejos e esperanças da população, além de manifestar suas alegrias e indignações”*. É curioso notar, nesse momento, o jornal se autorrepresentar distante de uma atuação político-discursiva. Ou seja, ele informa, forma opiniões mas não atua na sociedade como um agente político.

Cabe salientar que outro argumento utilizado pela Folha de S.Paulo foi o de que a imprensa não *“amolda a opinião”*, e que sua *“função primordial é a de fazer presentes nos olhos da sociedade e aos ouvidos dos governantes os caminhos da transição”*, declarando ainda que realiza sua função *“sem que o interesse privado prevaleça sobre o interesse público”*. Todavia, a própria Folha assume seu papel enquanto formadora de opinião. Sobre a relação entre a imprensa e a democracia, destaca:

Talvez como *resquício da política autoritária*, parece fixar-se no Brasil uma atitude de resistência ao debate, de busca obstinada de uma opacidade de decisões e pronunciamentos por parte de inúmeros homens públicos, que se reveste, muitas vezes, da forma de uma reação à atividade da *imprensa como instrumento de divulgação e desencadeamento de discussões* (Editorial Folha de S.Paulo, 10/01/1986).

Nesse ínterim, a Folha de S.Paulo atribui a imprensa, por meio de uma **estratégia discursiva de nomeação**, a definição do instrumento de divulgação também como *“instrumento de desencadeamento de discussões”*. Assim, a caracteriza com o papel de *“informar com objetividade e divulgar alternativas. A serviço do Brasil”* (Folha de S.Paulo, 10/09/1978) e que *“não existe atualmente senão sob a forma empresarial”* (Folha de S.Paulo, 19/02/1981). Para tanto, o jornal

argumenta que *“como toda empresa, a empresa jornalística está constantemente confrontada com dois riscos: o de colocar-se em situação de dependência com relação ao Estado e a grupos econômicos, caso sua autonomia financeira não esteja assegurada, e o de tornar-se particularmente vulnerável aos conflitos trabalhistas”* (Folha de S.Paulo, 19/02/1981). Esses argumentos são empregados na perspectiva de um jornal que defende que *“conseguiu se manter independente nessa década, muito se deve ao estabelecimento de um espaço crítico: acuada aqui, repontou ali com mais força e lucidez”*, assumindo que errou demasiadamente nos anos 70 (Folha de S.Paulo, 01/01/1980).

## **6. Considerações Finais**

Este artigo teve por objetivo compreender a construção histórico-discursiva do Jornal Folha de S.Paulo sobre a sua atuação como grande imprensa na ditadura civil-militar brasileira. Com base na Abordagem Histórico-Discursiva (AHD) de Ruth Wodak, foram identificadas as estratégias discursivas de nomeação, predicação, argumentação, representação e intensificação para a construção da imprensa como: a) empresa jornalística, b) fonte legítima de informações, c) órgão que acompanha com interesse o processo de recuperação da economia, d) poder de investigação, vigilância e controle do processo decisório governamental e, e) espécie de termômetro das oscilações políticas e das tensões sociais. Desse modo, ao analisar diacronicamente as mudanças discursivas na construção dicotômica *Imprensa imparcial versus Imprensa Formadora de Opinião*, foi possível observar a imprensa enquanto ator político que - a depender do contexto social e político em que o jornal estava inserido - a Folha de S.Paulo atribuía papéis diferentes à sua atuação política e social. Esse resultado demonstra que as presumidas isenção, objetividade e pluralidade presentes no discurso jornalístico apenas contribuem para encobrir o trabalho moral e político realizado, diariamente, pelos jornais. Isso porque, os jornais, como um meio de comunicação, ajudam a elaborar narrativas próprias ao definir diferentes significados sobre determinados acontecimentos (Silva, 2009).

Cabe ainda destacar que, ao construir a imprensa como isenta ou imparcial, a Folha de S.Paulo se distancia como ator social de conflitos sociais, políticos e econômicos, se posicionando como um veículo imparcial de observação e

denúncia de irregularidades em nome dos interesses de toda a coletividade. Entretanto, como discutimos nessa pesquisa, mais do que informar os acontecimentos levando às pessoas uma gama de dados, no processo de escolha das informações que serão publicadas ou não, perpassam interesses políticos, econômicos e sociais dos proprietários privados dos meios de comunicação (Guilherme, 2018).

Nesse sentido, considerando o contexto dessas construções discursivas realizadas pela Folha de S.Paulo é possível observar que, apenas com o crescimento das mobilizações sociais, em 1978, que o jornal, ao criticar o autoritarismo, destaca o papel da imprensa como o de divulgar alternativas. Todavia, observa-se que a construção discursiva de objetividade e imparcialidade é muito difundida pelo jornal ao longo do período estudado, invisibilizando os seus interesses particulares em presunções de imparcialidade e discursos não posicionados. Refletir sobre a difusa e escorregadia dicotomia Imprensa imparcial *versus* Imprensa formadora de opinião nos permite refletir sobre a atuação dos grupos jornalísticos na sociedade como um ator político historicamente contextualizado e sempre atrelado aos seus interesses empresariais.

## Referências

ABREU, A. A. A imprensa e a queda do governo de João Goulart. *In*: BRAGANÇA, A., MOREIRA, S.V. (Org). **Comunicação, acontecimento e memória**. Intercom, 2005a.

ABREU, A. A. A mídia na transição democrática brasileira. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 48, p. 53-65, 2005b.

AQUINO, M.A.A. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)**. EDUSC, 1999.

BIROLI, F. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia. Sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. **Varia Historia**, v. 25, n. 41, enero-junio, 2009, pp. 269-291.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Jornalismo, conflito e objetividade. *In*: **Notícias em disputa: mídia, democracias e formação de preferências no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017.

BONSANTO, A. O jornalismo como arma de ação psicológica: colaboração e responsabilidade da Folha de S. Paulo no combate à “subversão” da ditadura civil-militar. **Anais do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom**. João Pessoa: UFPB, 2022.

CAPELATO, M. H. História do Tempo Presente: A Grande Imprensa como Fonte e Objeto de Estudo. In: DELGADO, L.A.N.; FERREIRA, M.M. (Orgs). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

CARDOSO, P. H. S. O. A Contrarrevolução Democrática: A transição pelo alto e a Institucionalização das instituições (1974-1979). **Revista Crítica Histórica**, v. 9, n. 18, p. 6-30, 2018.

CARVALHO, A. "Contando a história" da ditadura civil-militar: a grande imprensa e a construção da memória do Brasil democrático. In: VIZQUADRAT, S.; ROLLEMBERG, D. (Orgs). **História e memória das ditaduras do século XX**, V.1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CAMPOS, P. H. P. Empreiteiros e Imprensa: a atuação dos empresários da construção pesada junto aos veículos de comunicação antes e durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1988). **Revista de História**. São Paulo, 2018.

DIAS, A. B. **O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S.Paulo, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil, 2012.

DIAS, A. B. "64- Brasil continua": História, memória e as impressões da Folha de S.Paulo sobre o golpe militar de 1964. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)** - v.2, n.1, jan./jun, 2013 - ISSN 2238-3913 (versão impressa) 2238-5126 (versão online).

DIAS, A. B. Da modernização à autoridade: a grande imprensa brasileira, entre a ditadura e a democracia—Folha de S. Paulo e O Globo, 1964-2014. **Opinião Pública**, v. 25, p. 472-494, 2019.

DINIZ, E. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85. In: SOARES, G. A. D.; D'ARAÚJO, M. C. (Org.); **21 anos do regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994.

DREIFUSS, R. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p.29-60, 2004.

FONSECA, F. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista brasileira de ciência política**, p. 41-69, 2011.

GUILHERME, C. A. S. A. A imprensa como ator político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. **Dimensões**, n. 40, p. 199-223, 2018.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2019. 356. p.

LEMOS, R. L. C. N. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LOHN, R. L. “O tempo passou na janela”: imprensa, sociabilidades urbanas e espaço público durante a ditadura - um tempo presente brasileiro (Florianópolis, SC, 1968-1985). In: DELGADO, L. de A. N., FERREIRA, M. de M. (Org.) **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

LUCA, T. R. Fontes Impressas: História nos, dos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MENESES, S. A operação midiográfica: da escritura do evento na cena pública à inscrição do acontecimento no tempo - A mídia, a memória e a história. In: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, M. de M. (Org.) **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MONT'ALVERNE, C., & MARQUES, F. P. J. A. A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. **Estudos Em Jornalismo e Mídia**, v.12, n. 1, p.121-137, 2015.

MOTA, C. G; CAPELATO, M. H. **História da Folha de São Paulo: 1921-1981**. São Paulo: IMPRES, 1981.

MOTTA, L. G. Imprensa e Poder. In: MOTTA, L. G. (Org.). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MOTTA, R. P. S. A Ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi. Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p.62-85, jan./jun. 2013.

MOTTA, R. P. S. **Passados Presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NOVELLI, A. L. O projeto Folha e a negação do quarto poder. In: MOTTA, L. G. (Org.). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PADRÓS, E. S; GASPAROTTO, A. Gente de menos – Nos caminhos e descaminhos da Abertura no Brasil (1974 – 1985). In: PADRÓS, E. S.; BARBOSA, V. M.; LOPEZ, V. A.; FERNANDES, A. S. (Orgs.) **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. v. 4. Porto Alegre: Corag, 2009. 262 p.: il.

PERLATTO, F. Variações do mesmo tema sem sair do tom: imprensa, Comissão Nacional da Verdade e a Lei de Anistia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.11, n.27, p.78-100, maio/ago. 2019.

PIRES, E. M. **Imprensa, Ditadura e Democracia: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2008.

REISIGL, M; WODAK, R. The discourse-historical approach (DHA). **Methods of critical discourse studies**, p. 87-120, 2008.

RIBEIRO, A. P. G.; BONSANTO, A.; DAEMON, F. A responsabilidade do Grupo Folha por violações de direitos durante a ditadura: Considerações sobre um itinerário de

pesquisa. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 77, p. 135-156, 2023.

SANTOS, C. A. S.; COSTA, A. S. M. Imprensa, Discurso Ideológico e Golpe de Estado: uma Análise Crítica do Discurso. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 18, n. 3, p. 371-393, 2019.

SANTOS, C. A. S.; COSTA, A. S. M. A Construção Metafórica do Golpe de 1964: Uma Análise Discursiva dos Editoriais do Jornal Folha de São Paulo. **Revista ADM. MADE**, v. 25, n. 1, p. 081-103, 2021.

SANTOS, C. A. S.; COSTA, A. Empresas e ditadura civil-militar brasileira: os editoriais do jornal Folha de S. Paulo em uma perspectiva histórica. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 20, p. 688-707, 2022.

SCHWARCZ; L. M.; STARLING, H.M. **Brasil: uma biografia** (1a ed.). São Paulo: Companhia de Letras, 2015.

SEQUEIRA, C. M. A informação comprometida: o noticiário da Folha da Tarde durante a ditadura militar. **4º Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**. Rio Grande do Sul, 2004.

SILVA, C. L. Imprensa liberal, imprensa partidária: uma aproximação historiográfica. *In*: SILVA, C. L.; RAUTENBERG, E. (Org.). **História e imprensa: estudos de hegemonia**. Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

SMITH, A. **1960 - Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Trad. Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 264p.

STARLING, H. **Verbetes Temáticos sobre o Golpe militar de 1964**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-1964/>>. Acesso em 04 de janeiro de 2019.

TASCHNER, G. **Folhas ao vento: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WODAK, R. **The discourse of politics in action: Politics as usual**. Springer, 2009.

WODAK, R. Critical Discourse Analysis, DiscourseHistorical Approach. **The international encyclopedia of language and social interaction**, p. 1-14, 2015.